Manual Prático de *Responsabilização* Administrativa de Pessoa Jurídica

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Corregedoria-Geral da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 2° Andar. Brasília-DF CEP: 70050-904
crg@cgu.gov.br

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União, Substituto

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO
Secretário-Executivo

ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA
Corregedor-Geral da União

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

GILBERTO WALLER JÚNIOR
Ouvidor-Geral da União

CLÁUDIA TAYA
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção

EQUIPE TÉCNICA

Elaboração:

Aline Cavalcante dos Reis Silva

Colaboração:

Jorge Luís Branco Aguiar

Ricardo Garcia de Sousa

Revisão:

Coordenação-Geral de Normas e Capacitação

Brasília, maio de 2018.

Sumário

Juízo de Admissibilidade 5
Instauração do Processo 8
- Instalação e início dos trabalhos 16
- Notificação prévia 16
Oitiva de testemunha 25
Diligências 38
Especificação de provas 45
Indiciação 47
Defesa escrita 55
Relatório Final 59
Julgamento 63

Modelos

Juízo de Admissibilidade

Modelo de Nota técnica de juízo de admissibilidade

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

Referência: Processo nº _____

Interessado: (nome do órgão ou entidade interessada)

Assunto: (resumo dos fatos objeto de análise)

NOTA TÉCNICA nº _____ /____/Nome do órgão/entidade

Sr (a). (cargo da autoridade),

RELATÓRIO

(Descrição sucinta do histórico dos fatos e das irregularidades objeto de exame).

ANÁLISE

(Analisar o processo e os fatos objeto de apuração do modo mais abrangente possível, de modo a delimitar o objeto da investigação e trazer o maior volume de elementos previamente existentes, de maneira a subsidiar a decisão da autoridade competente para decidir pela instauração ou não de uma investigação preliminar ou de um processo de responsabilização.

Com esse objetivo, considera-se que deverá constar da análise, quando cabível, as seguintes informações:

a) Identificação da (s) pessoa (s) jurídica (s) envolvida (s) no caso, com o registro de seu CNPJ;

b) Registro de consultas efetivadas acerca das relações políticas dos investigados na denúncia/processo administrativo (internet, sistemas informatizados, etc.).

c) Registro de consulta ao sistema CGU-PJ e outros sistemas de controle eventualmente, de modo a verificar se já existe apuração em andamento no órgão/entidade supervisionada ou na CGU;

d) Registro sobre a ocorrência ou não de prescrição;

e) Registro de consulta aos *sites* do Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias do Estado em que ocorreram os fatos investigados e, conforme o caso, **solicitação de cópia integral das ações penais/improbidade** com vistas a subsidiar o processo de investigação ou responsabilização a ser instaurado).

CONCLUSÃO

(Deverá conter a conclusão do analista pela instauração ou não de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização. Em caso de negativa, sugerir a providência a ser adotada ou o arquivamento do processo).

À consideração superior.

Local, ___ de _____ de 20___.

NOME
Cargo do servidor/autoridade

DESPACHO DE APROVAÇÃO

1. **De acordo**. À _____ (unidade competente) para providências visando à instauração do processo (identificar se se trata de investigação preliminar ou PAR).

Local, ___ de _____ de 20__.

NOME
Cargo do servidor/autoridade

Modelos

Instauração do Processo

Modelo de portaria de instauração de Investigação Preliminar

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **(AUTORIDADE COMPETENTE),** no uso das atribuições que lhe confere o (**FUNDAMENTO LEGAL**) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, resolve:

Art. 1º - Designar **(PRESIDENTE),** (cargo), matrícula SIAPE nº _____, e **(MEMBRO),** (cargo), matrícula SIAPE nº _____, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Investigação Preliminar, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas constantes do Processo Administrativo nº _____, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso da investigação.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME
Cargo da Autoridade competente

Modelo de portaria de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **(AUTORIDADE COMPETENTE),** no uso das atribuições que lhe confere o (**FUNDAMENTO LEGAL**) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, resolve:

Art. 1º - Designar **(PRESIDENTE),** (cargo), matrícula SIAPE nº _____, e **(MEMBRO),** (cargo), matrícula SIAPE nº _____, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas constantes do Processo Administrativo nº _____, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso da investigação.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME
Cargo da Autoridade competente

Modelo de Memorando - solicitação de prorrogação de prazo/recondução dos trabalhos da Investigação Preliminar

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade
Comissão de Investigação Preliminar nº _____
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CIP Nº ____/____

Em __ de ____ de ____

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora).

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo

1. Na condição de presidente da Comissão de Investigação Preliminar designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____, para apuração de eventuais irregularidades constantes do processo nº _____, informo a Vossa Senhoria a necessidade de dilatação do prazo inicialmente estipulado para a conclusão dos trabalhos, diante do que se expõe a seguir:

(Neste tópico, faz-se referência aos atos já praticados pelo colegiado e aos motivos que justificam a dilatação do prazo inicialmente estipulado para os trabalhos).

2. Diante do exposto, em benefício da elucidação dos fatos e da efetiva busca da verdade, solicito a prorrogação do prazo anteriormente estabelecido, por igual período.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de Memorando - solicitação de prorrogação de prazo/recondução dos trabalhos do PAR

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº _____
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAR Nº ___/___

Em __ de ____ de ____

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora).

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (publicada no D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, informo a Vossa Senhoria a necessidade de dilatação do prazo inicialmente estipulado para a conclusão dos trabalhos, diante do que se expõe a seguir:

(Neste tópico, faz-se referência aos atos já praticados pelo colegiado e aos motivos que justificam a dilatação do prazo inicialmente estipulado para os trabalhos).

2. Diante do exposto, em benefício da elucidação dos fatos e da efetiva busca da verdade, solicito a prorrogação do prazo anteriormente estabelecido, por igual período.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de Portaria - Prorrogação de investigação preliminar

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **(AUTORIDADE COMPETENTE),** no uso das atribuições que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por **60 (sessenta) dias**, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Investigação Preliminar nº _____, designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____de _____, ante as razões apresentadas no Memorando nº _____, de _____ de _____ de _____.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME
Cargo da Autoridade competente

Modelo de Portaria - Prorrogação de processo administrativo de responsabilização

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **(AUTORIDADE COMPETENTE),** no uso das atribuições que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº _____, designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____de _____, publicada no D.O.U. nº _____, Seção 2, página _____, de _____ de _____ de _____, ante as razões apresentadas no Memorando nº _____, de _____ de _____ de _____.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME
Cargo da Autoridade competente

Modelo de Portaria - substituição de membro em Comissão de PAR

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE .

O **(AUTORIDADE COMPETENTE),** no uso das atribuições que lhe conferem o (FUNDAMENTO LEGAL) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, resolve:

Art. 1º - Substituir a servidora **(MEMBRO)**, (CARGO), matrícula SIAPE nº _____, pelo servidor **(MEMBRO)**, (CARGO), matrícula SIAPE nº _____ na composição da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de _____, publicada no D.O.U. nº ___, Seção 2, p. ___, de _____ de _____ de 2_____, referente ao Processo nº _____.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME
Cargo da Autoridade competente

Modelos

- Instalação e início dos trabalhos

- Notificação prévia

Modelo de Ata - Instalação e início dos trabalhos

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às ___ h ___ min, presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), foram iniciados os trabalhos destinados à apuração dos fatos mencionados no processo nº _____, deliberando-se inicialmente a respeito da realização das seguintes providências:

a. Designar como Secretário (a) da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, o (a) servidor (nome do secretário), Matrícula SIAPE nº _____, ocupante do (cargo);
b. Encaminhar memorando à autoridade instauradora informando acerca do início dos trabalhos e o local de instalação da Comissão;
c. Estabelecer que a comissão funcionará das ____ às ____ horas, de segunda à sexta-feira;
d. Realizar a leitura e exame do processo;
e. Outros (se houver)

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Memorando - Comunicação de instalação e início dos trabalhos

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº _____
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAR Nº ___/___

Em __ de ____ de ____

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora).

Assunto: Comunicação sobre início dos trabalhos.

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no cursos dos trabalhos, COMUNICO a Vossa Senhoria que a Comissão deu início aos trabalhos em ____ de _____ de _____, encontrando-se instalada no (endereço), (cidade/estado), com horário de funcionamento das ____ às ____ horas, de segunda a sexta-feira.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de Portaria - Designação de secretário

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

PORTARIA CPAR Nº , DE DE .

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____, publicada no D.O.U. nº _____, de _____, de _____ de _____, com o objetivo de apurar as possíveis irregularidades constantes do processo nº _____, bem como outros atos e fatos conexos que emergirem no curso da apuração, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. (**FUNDAMENTO LEGAL**), **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar **(servidor público efetivo)**, (CARGO), matrícula SIAPE nº _____, para desempenhar as funções de Secretário da referida Comissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de Ata de deliberação

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às ___ h ___ min**,** presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), deliberou-se o seguinte:

a. Notificar previamente a pessoa jurídica _____ para acompanhar a instrução do processo;
b. Ouvir as testemunhas abaixo listadas;
c. Outras (se houver).

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Mandado de Notificação prévia

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço do representante da Pessoa Jurídica

1. Serve o presente expediente para **NOTIFICAR** a pessoa jurídica **(nome da pessoa jurídica)**, CNPJ º _____, na pessoa de seu responsável legal perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ-MF), Sr. (nome do representante), nos termos do artigo 13 da Portaria CGU nº 910, de 7 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, acerca da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº _____, conforme Portaria nº _____ de _____ de _____, publicada no D. O. U. nº _____, de _____ de _____ de _____, para apurar eventuais irregularidades (descrição sucinta dos fatos objeto de apuração).

2. A pessoa jurídica investigada poderá acompanhar todos os atos instrutórios, bem como especificar as provas que pretende produzir, conforme rito procedimental previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e, em especial, na Portaria CGU nº 910/2015.

3. Tendo em vista os termos do art. 13 da Portaria CGU nº 910/2015, concedo o **prazo de 10 (dez) dias**, a contar do recebimento desta notificação, para que a empresa (nome da empresa) informe e especifique as provas que pretende produzir, inclusive testemunhal, objetivando esclarecer os fatos sob apuração.

4. Ressalto que esse prazo inicialmente concedido tem por objetivo deferir lapso temporal viável para a ciência do teor dos autos e designação das provas que inicialmente a defesa deseja produzir, **sem prejuízo daquelas que possa ter interesse de apresentar ao longo da fase de instrução do procedimento**.

5. Destaco, ainda, que nos termos do art. 7º, VII, da Lei nº 12.846/2013 e do art. 18, III, do Decreto nº 8.420/2015, eventual colaboração da pessoa jurídica com a investigação, no curso do processo, seja na comprovação dos atos lesivos, seja na identificação de servidores públicos e outras

pessoas jurídicas deles participantes, será considerada na dosimetria da multa eventualmente cabível.

6. Por oportuno, encaminho em anexo mídia de CD/DVD contendo cópia integral digitalizada do processo nº _____ contendo fls. 01 a _____, para que a pessoa jurídica tome ciência de seu inteiro teor e possa indicar as provas que pretende produzir.

7. Por fim, ressalto que a comissão se encontra funcionamento de segunda a sexta-feira, das ____ às ____ horas, no local acima indicado.

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

Recebi cópia deste Mandado e DVD contendo cópia integral do processo (fls. 01 a _____).

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Modelo de notificação por edital - pessoa jurídica não encontrada (domicílio incerto ou desconhecido)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____, publicada no D.O.U. nº ___, Seção 2, p. __, de _____ de _____ de _____, do (AUTORIDADE INSTAURADORA) do (ÓRGÃO OU ENTIDADE), no uso de suas atribuições e valendo-se do disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, combinados com o artigo 256 do Código de Processo Civil – em se tratando de interessado com domicílio incerto ou desconhecido – **NOTIFICA** a pessoa jurídica **_____**, **CNPJ n° _____**, por seu representante legalmente constituído, sobre a sua condição de acusada no Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº _____, intimando-a a comparecer, no **prazo de 10 (dez) dias**, ao local onde a comissão encontra-se instalada – (ENDEREÇO DA COMISSÃO) – a fim de tomar ciência dos fatos apurados, bem ainda para efeito de vistas ao respectivo processo.

NOME
Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização

Modelo de Mandado de intimação - fim da instrução

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

Referência: Processo Administrativo de Responsabilização nº _____.

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

Sr. (representante da pessoa jurídica),

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria nº ____ de _____, publicada no D.O.U. nº____, de _____, do (AUTORIDADE INSTAURADORA) com fundamento nos artigos 12 e 15-A da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, **INTIMA** V.Sa. a, no **prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência deste Mandado**, especificar eventuais outras provas que pretenda produzir antes do encerramento da fase de instrução deste processo, considerando que não há mais provas a serem produzidas no interesse desta Comissão.

Local, ____ de _____ de ____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em ____/____/____.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Modelos

Oitiva de testemunha

Modelo de Ata de deliberação - realização de oitiva de testemunhas

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº ____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às___ h ___ min, presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), deliberou-se o seguinte:

a. Proceder à oitiva das testemunhas a seguir nominadas: (nome, data, horário, local);
b. Comunicar os respectivos chefes da repartição acerca das oitivas de servidores arrolados (se houver);
c. Notificar a pessoa jurídica investigada das oitivas das testemunhas arroladas no item "a".

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Ata de deliberação - questionamento à investigada sobre a motivação para oitivas de testemunhas arroladas pela defesa

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às___ h ___ min, presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), deliberou-se o seguinte:

a. Solicitar à investigada _____ que motive a necessidade de oitiva das testemunhas por eles arroladas;
b. Solicitar que especifique nome completo, endereço, profissão, telefone e outras informações necessárias para que a comissão contate a testemunha arrolada.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada que vai assinado pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Intimação - questionamento à investigada sobre a motivação para oitivas de testemunhas arroladas pela defesa

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

Sr. (representante da pessoa jurídica),

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria nº ____ de _____, publicada no D.O.U. nº____, de _____, do (AUTORIDADE INSTAURADORA) com fundamento nos artigos 12 e 15-A da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, constituída para apurar irregularidades constantes do processo nº _____, e conexos, **INTIMA** Vossa Senhoria a, no **prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência deste Mandado**, motivar a necessidade de oitiva das seguintes testemunhas requeridas:_____, além de especificar nome completo, endereço e outras informações necessárias para que esta Comissão consiga, se for o caso, intimá-las para prestar depoimento.

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)

Modelo de Intimação - oitiva de testemunha servidor ou empregado público

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

Ao Sr. **NOME DO SERVIDOR/EMPREGADO**

(UNIDADE ONDE EXERCE SEU CARGO)

Endereço:

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria nº ____ de _____, publicada no D.O.U. nº ____, de _____, do (AUTORIDADE INSTAURADORA) com fundamento nos artigos 12 e 15-A da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, constituída para apurar irregularidades constantes do processo nº _____, e conexos, **INTIMA** V.Sa. a comparecer perante esta Comissão, que se encontra instalada na _____ (ENDEREÇO DA COMISSÃO) às _____ horas do dia _____ de _____ de _____, a fim de prestar depoimento sobre atos e fatos constantes do Processo Administrativo de Responsabilização nº, _____.

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome e assinatura do servidor/empregado)

Modelo de Intimação - oitiva de testemunha particular

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

Ao Sr. **(NOME DO PARTICULAR)**

Endereço:

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria nº ____ de _____, publicada no D.O.U. nº ____, de _____, do (AUTORIDADE INSTAURADORA) com fundamento nos artigos 12 e 15-A da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, constituída para apurar irregularidades constantes do processo nº _____, e conexos, **INTIMA** V.Sa. a comparecer perante esta Comissão, que se encontra instalada na _____ (ENDEREÇO DA COMISSÃO) às _____ horas do dia _____ de _____ de _____, a fim de prestar depoimento sobre atos e fatos constantes do Processo Administrativo de Responsabilização nº _____.

Importa destacar que, tendo em vista o art. 4º, inciso IV, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é dever do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome, CPF e assinatura do particular)

Modelo de Memorando - comunicação de oitiva de testemunha servidor ou empregado ao chefe da respectiva unidade

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MEMORANDO-CPAR Nº ___/___

Em __ de ____ de ____

Ao Sr. (cargo do titular da unidade de exercício).

Assunto: Comunicação de oitiva de testemunha.

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela (NOME DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, COMUNICO a Vossa Senhoria que o servidor/empregado _____(nome, cargo, lotação e matrícula), lotado e em exercício na _____ (indicar o nome da repartição), foi intimado a depor como testemunha perante esta Comissão, que se encontra instalada na _____ (endereço da comissão), às _____ horas do dia _____ de _____ de _____.

2. Solicito as providências de Vossa Senhoria com vistas ao comparecimento do referido servidor/empregado no dia e hora agendados.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de intimação à investigada - oitiva de testemunha

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

Sr. (representante da pessoa jurídica),

1. O Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instaurado pelo (NOME E CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, com fundamento nos artigos 12 e 15-A da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, **INTIMA** V. Sa. acerca da oitiva da (s) testemunha (s) abaixo listada (s), conforme tabela:

a. (nome da testemunha) - (data da oitiva) - (horário da oitiva)

b. (nome da testemunha - (data da oitiva) - (horário da oitiva)

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica investigada)

Modelo de intimação à investigada - oitiva de testemunha por videoconferência

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

Sr. (representante da pessoa jurídica),

1. O Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instaurado pelo (NOME E CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, com fundamento nos artigos 12 e 15-A da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, **INTIMA** V. Sa. acerca da oitiva da (s) testemunha (s) abaixo listada (s), conforme tabela:

a. (nome da testemunha) - (data da oitiva) - (horário da oitiva)

b. (nome da testemunha - (data da oitiva) - (horário da oitiva)

2. A (s) oitiva (s) será (ão) realizada (s) por meio de sistema interno de videoconferência em (cidade, estado, endereço, sala) e em (cidade, estado, endereço, sala), locais onde Vossa Senhoria poderá comparecer para acompanhar e participar dos referidos atos.

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica investigada)

Modelo de termo de oitiva de testemunha

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos ___ dias do mês de _____de _____, às _____ horas na Sala nº _____, localizada (cidade, endereço), na presença dos integrantes desta Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria _____, de _____ de _____ de _____, publicadas no B.S. ou DOU nº _____, de _____ de _____ de _____, COMPARECEU na qualidade de testemunha, a fim de prestar depoimento (especificar se for por sistema de videoconferência) sobre os fatos relacionados a este processo nº _____ e conexos, com a presença do Presidente e Membro da referida Comissão, o Sr. (NOME DA TESTEMUNHA), nacionalidade, estado civil, ocupante do cargo _____, residente no endereço _____, telefone _____, e-mail _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o _____, representado (a) pelo advogado (NOME DO ADVOGADO), OAB/DF nº _____. Presente o representante da empresa investigada (NOME DA PESSOA JURÍDICA), portador de Carteira de Identidade nº _____, OAB/DF nº _____.

Questionada a testemunha pelo Sr. Presidente se conhece as investigadas (NOME DA (S) PESSOA (S) JURÍDICA (S)), esta afirmou que (SIM/NÃO). Questionada se, **em relação ao (s) representante (s) ou administrador (es) da pessoa jurídica com poder decisório e de administração sobre a empresa**, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua como procurador ou perito, se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, disse que *(NÃO/SIM - caso a testemunha afirme que SIM e comprove se encontrar em alguma condição de suspeição/impedimento, poderá ser ouvida como declarante, sem prestar o compromisso legal - ver modelo seguinte).*

(Caso o representante legal contradite a testemunha e comprove a alegação de suspeição/impedimento, deve a Comissão deliberar imediatamente sobre o assunto e, seguidamente, prosseguir com a oitiva, a depender, mantendo a condição de testemunha ou ouvindo-a como declarante - ver modelo seguinte).

Testemunha sem contradita.

Advertida a testemunha de que se fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade incorre no crime de falso testemunho, conforme capitulado no art. 342 do Código Penal, Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, prestou o compromisso legal.

Sobre as perguntas do Sr. Presidente abaixo transcritas, a testemunha assim se pronunciou:

01. PERGUNTADO _____? RESPONDEU QUE_____. 02. PERGUNTADO _____? RESPONDEU QUE_____. Franqueada a palavra ao Membro _____, o mesmo perguntou à testemunha: 03. PERGUNTADO_____? RESPONDEU QUE_____. Franqueada a palavra ao representante da pessoa jurídica investigada, perguntou à testemunha: 04. PERGUNTADO_____? RESPONDEU QUE_____. Passada a palavra à testemunha para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado, essa consignou:

_____. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às _____, encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelo depoente, pelos membros da comissão e pelo representante da pessoa jurídica investigada, de modo a registrar a espontaneidade da testemunha. Eu, _____, o digitei.

NOME
Testemunha

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

NOME
Representante da pessoa jurídica

NOME
Advogado da testemunha (se houver)

Modelo de termo de oitiva de declarante

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

TERMO DE OITIVA DE DECLARANTE

Aos ___ dias do mês de _____de _____, às _____ horas na Sala nº _____, localizada (cidade, endereço), na presença dos integrantes desta Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria _____, de _____ de _____ de _____, publicadas no B.S. ou DOU nº _____, de _____ de _____ de _____, COMPARECEU na qualidade de DECLARANTE, a fim de prestar depoimento (especificar se for por sistema de videoconferência) sobre os fatos relacionados a este processo nº _____ e conexos, com a presença do Presidente e Membro da referida Comissão, o Sr. (NOME DO DECLARANTE), nacionalidade, estado civil, ocupante do cargo _____, residente no endereço _____, telefone _____, e-mail _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o _____, representado (a) pelo advogado (NOME DO ADVOGADO), OAB/DF nº _____. Presente o representante da empresa investigada (NOME DA PESSOA JURÍDICA), portador de Carteira de Identidade nº _____, OAB/DF nº _____.

Questionado o declarante pelo Sr. Presidente se conhece as investigadas (NOME DA (S) PESSOA (S) JURÍDICA (S)), esta afirmou que (SIM/NÃO). Questionada se, **em relação aos sócios ou administradores da pessoa jurídica com poder decisório e de administração sobre a empresa**, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua como procurador ou perito, se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, disse que *(NÃO/SIM - caso a testemunha afirme que SIM e comprove se encontrar em alguma condição de suspeição/impedimento, poderá ser ouvida como declarante, sem prestar o compromisso legal).*

(Passada a oportunidade ao representante legal para contraditar a testemunha, caso se afirme e comprove a alegação de suspeição/impedimento, deve a Comissão deliberar imediatamente sobre o assunto e, seguidamente, prosseguir com a oitiva, a depender, mantendo a condição de testemunha ou ouvindo-a como declarante).

Dessa forma, a Comissão deliberou por tomar seu depoimento na condição de declarante, afastando o compromisso legal insculpido no art. 342 do Código Penal. Sobre as perguntas do Sr. Presidente abaixo transcritas, o declarante assim se pronunciou:

01. PERGUNTADO _____? RESPONDEU QUE_____. 02. PERGUNTADO _____? RESPONDEU QUE_____. Franqueada a palavra ao Membro _____, o mesmo perguntou ao declarante: 03. PERGUNTADO_____? RESPONDEU QUE_____. Franqueada a palavra ao representante da pessoa jurídica investigada, perguntou ao declarante: 04. PERGUNTADO_____? RESPONDEU QUE_____. Passada a palavra ao declarante para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado, essa consignou: _____. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às _____, encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme,

segue assinado pelo depoente, pelos membros da comissão e pelo representante da pessoa jurídica investigada, de modo a registrar a espontaneidade do declarante. Eu, _____, o digitei.

NOME
Declarante

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

NOME
Representante da pessoa jurídica

NOME
Advogado do declarante (se houver)

Modelos

Diligências

Modelo de Ata de deliberação - realização de diligências

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às___ h ___ min, presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), no âmbito dos trabalhos destinados à apuração dos fatos mencionados no processo nº _____, deliberou-se:

a. Solicitar à autoridade instauradora, a designação de assistente técnico para atuar em relação à seguinte matéria objeto do presente processo: _____.
b. Encaminhar ofício à autoridade judicial competente (informar qual autoridade se refere) solicitando compartilhamento de provas;
c. Encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando cópia de Inquérito Policial (informar o nº do inquérito a ser solicitado);
d. Encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando exame grafotécnico;
e. Encaminhar ofício ao (órgão/entidade) solicitando cópia do processo/documento _____.
f. Encaminhar ofício à pessoa jurídica _____ solicitando cópia de documento _____ (especificar).
g. Encaminhar ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil solicitando o compartilhamento de dados fiscais da pessoa jurídica investigada;
h. Intimar a pessoa jurídica investigada acerca das diligências a serem realizadas, conforme itens listados anteriormente.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de memorando - solicitação de designação de assistente técnico

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MEMORANDO-CPAR Nº ___/___

Em __ de ____ de ____

Ao Sr. (cargo do titular da unidade de exercício).

Assunto: Solicitação de designação de assistente técnico.

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela (NOME DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, solicito a Vossa Senhoria a designação de assistente técnico para atuar em relação à seguinte matéria objeto do presente processo: _____.

2. Sendo o que se apresenta no momento, aproveito a oportunidade para expressar-lhe meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de ofício - solicitação de cópia de documentos a pessoa jurídica diferente da investigada

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

OFÍCIO-CPAR Nº ___/___

Em __ de ___ de ___

Ao Sua Senhoria o (a) Senhor (a)

(Nome)

(Cargo)

(Endereço)

Assunto: Solicitação de cópia de documentos.

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela (NOME DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, solicito a Vossa Senhoria o seguinte: a) _____ (descrever a solicitação); b) disponibilizar, preferencialmente em mídia eletrônica, cópia do (s) documento (s) _____ (especificar).

2. Importa destacar que, tendo em vista o art. 4º, IV, da Lei 9.784/1999, é dever do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de ofício - solicitação de compartilhamento de dados fiscais da pessoa jurídica (*optante pelo Simples nacional*) para instrução de processo administrativo de responsabilização

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

OFÍCIO-CPAR Nº ___/___

Em __ de ___ de ___

Ao Sua Senhoria o (a) Senhor (a)

(Nome)

Subsecretário de Fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil

(Endereço)

Assunto: Solicitação de dados fiscais para instrução de processo administrativo de responsabilização.

1. Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para, na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela (NOME DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, solicitar a Vossa Senhoria, nos termos do art. 198, § 1º, inciso II, do Código Tributário Nacional, o compartilhamento de informações fiscais da pessoa jurídica _____ (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº _____.

2. Para tanto, indico os elementos necessários ao compartilhamento dos dados, conforme Nota Cosit 03/2004, item 16.1:

a) ato administrativo que determinou a instauração do processo administrativo: (especificar);

b) número do processo administrativo e a data de sua instauração: (especificar);

c) fundamento legal da instauração do processo administrativo: art. 8º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

d) demonstração de que o órgão ou entidade administrativa tem competência para investigar o (s) sujeito (s) passivo (s) pela prática da infração administrativa: (especificar);

3. Ademais, em atenção ao Parecer PGFN/CAT/Nº 768/2006, informo haver absoluta pertinência entre as informações fiscais requeridas, o sujeito passivo, e a infração administrativa investigada, cometida pelo mesmo sujeito passivo a que os dados sigilosos se referem. Esclareço não ser possível o fornecimento de informações mais detalhadas em função do caráter reservado do processo, conforme previsão no art. 6º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

4. Destarte, solicito a Vossa Senhoria que envie a esta Comissão, cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda relativa à pessoa jurídica investigada, correspondentes aos anos-calendário ____ a _____ (especificar).

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelo de ofício - solicitação de compartilhamento de dados fiscais da pessoa jurídica (*exceto as optantes pelo Simples nacional*) para instrução de processo administrativo de responsabilização

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

OFÍCIO-CPAR Nº ____/____

Em __ de ____ de ____

À JUNTA COMERCIAL _____

(Endereço)

Assunto: Requerimento de cópia de registros de atos relativos à pessoa jurídica sob o CNPJ nº _____.

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para, na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela (NOME DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), solicitar a Vossa Senhoria o fornecimento de cópia das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e _____- especificar se houver outros documentos de interesse) da pessoa jurídica _____ (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, que tenham sido registrados nessa Autarquia nos exercícios de _____ a _____.

Atenciosamente,

NOME
Presidente da Comissão

Modelos

Especificação de provas

Modelo de Mandado de Intimação para a pessoa jurídica para especificação de provas

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

Sr. (representante da pessoa jurídica),

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria nº ___ de ____de _____ de _____, publicada no D.O.U. nº_____, de _____, do (autoridade instauradora), com fundamento nos artigos (fundamento legal), **INTIMA** V. Sa. a, no **prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência deste Mandado**, especificar eventuais outras provas que pretenda produzir antes do encerramento da fase de instrução deste processo, considerando que não há mais provas a serem produzidas no interesse desta Comissão.

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica investigada)

Modelos

Indiciação

Modelo de Ata de deliberação - exculpação da pessoa jurídica

MINISTERIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº_____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às___ h ___ min, presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), deliberou-se por exculpar a (s) seguinte (s) investigada (s):

- _____ (nome da pessoa jurídica e CNPJ):

(Expor os fundamentos da exculpação)

- _____ (nome da pessoa jurídica e CNPJ):

(Expor os fundamentos da exculpação)

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Ata de deliberação - indiciação da pessoa jurídica

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), às___ h ___ min, presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), deliberou-se indiciar a (s) seguinte (s) pessoa (s) jurídica (s) investigada (s), providenciando o devido termo de indiciação e intimando-a (s) para apresentação de defesa escrita:

- _____ (nome da pessoa jurídica e CNPJ)

- _____ (nome da pessoa jurídica e CNPJ)

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

3. Modelo de Termo de Indiciação

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

TERMO DE INDICIAÇÃO

1. A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, instaurada pela Portaria nº _____, de __ de _____ de 20___, publicada no D.O.U. nº __, de __ de _____ de 20____, prorrogada pela Portaria nº _____, de __ de _____ de 20____, publicada no D.O.U. nº __, de __ de _____ de 20___, todas do (AUTORIDADE COMPETENTE), que apura as irregularidades apontadas nos autos do processo nº _____, após o exame das provas coletadas no decorrer da instrução quanto à empresa _____, CNPJ nº _____, dá por ultimada a fase instrutória e, nos termos do artigo 16 da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, **INDICIA** a citada pessoa jurídica, devidamente identificada e qualificada nos autos, pelos fatos, fundamentos e provas descritos a seguir:

I – DO BREVE HISTÓRICO

(Descrição sucinta dos antecedentes que resultaram na instauração do processo).

II – DOS FATOS E SEUS FUNDAMENTOS

(Descrição dos fatos e seus fundamentos fáticos e jurídicos, de modo a suportar as conclusões da Comissão)

Assim sendo, esta Comissão entende que a empresa _____ deve ser INDICIADA pelos seguintes fatos:

a. _____;
b. _____;
c. _____;

III – DAS PROVAS

(Listar aqui a relação das provas citadas no item anterior que suportam a decisão da Comissão e as folhas do processo em que podem ser localizadas, bem como as normas jurídicas que a Comissão considera terem sido violadas).

IV – DO ENQUADRAMENTO DAS CONDUTAS

Quanto à tipificação da conduta para este fato, entende-se que se enquadra como transgressão ao artigo _____ da Lei nº _____, c/c art. _____ da Lei nº _____.

(Listar os artigos e incisos que correspondem à conduta supostamente irregular)

V – CONCLUSÃO

Colhidas as provas documentais e testemunhais, não se pode, por ora, dar por encerrado o presente PAR contra a supracitada investigada, devendo, assim, avançar à etapa processual seguinte que é a INDICIAÇÃO, momento em que a até então investigada responderá, doravante, na condição de **INDICIADA**, na proporção dos tipos disciplinares infringidos e acima expostos.

Assim sendo, restando devidamente comprovado que, a princípio, a indiciada praticou os ilícitos administrativos acima mencionados, esta Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização determina, nos termos dos artigos 10 e 11 da Lei nº 12.846/2013, c/c art. 9º, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.420/2015 e art. 16 da Portaria CGU nº 910/2015, a imediata INTIMAÇÃO da indiciada para que esta apresente **DEFESA ESCRITA** no **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO**, sendo-lhe assegurados os direitos de vista e cópia dos autos.

Local, ___ de _____de 20___.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Intimação para apresentação de defesa escrita

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº ____

À **NOME DA PESSOA JURÍDICA**

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

Sr. (representante da pessoa jurídica),

1. O Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instaurado pelo (NOME E CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), por intermédio da Portaria nº _____, de ___ de _____ de _____ (D.O.U. de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº _____, com fundamento no artigo 16 da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, **INTIMA** Vossa Senhoria a, no **prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste Mandado**, apresentar **DEFESA ESCRITA** no processo em tela, em razão das imputações contidas no Termo de Indiciação, cuja cópia segue em anexo a este e-mail e encontra-se disponível no sistema SEI.

Como anexo à DEFESA ESCRITA, intimo Vossa Senhoria a apresentar, no mesmo prazo, o seguinte:

- Demonstração de Resultado do Exercício - DRE referentes aos exercícios de _____ e _____ (do ano anterior à instauração do PAR, para cálculo do faturamento bruto previsto no art. 6º, I da Lei nº 12.846/2013, que servirá de base para aplicar o percentual da multa; e do ano anterior ao ano de ocorrência do ato lesivo, para fins da aferição do lucro líquido previsto no art. 17, IV do Decreto nº 8.420/2015);
- Balanço Patrimonial – BP referente ao exercício de 20xx (ano anterior ao ano de ocorrência do ato lesivo, para fins da aferição do Índice de Solvência Geral – SG e de Liquidez Geral – LG, previstos no art. 17, IV do Decreto nº 8.420/2015);
- A relação dos contratos mantidos ou pretendidos com o órgão _____ na data _____ (data da ocorrência do ato lesivo para fins da aferição do previsto no art. 17, VI do Decreto nº 8.420/2015);
- Apresentar comprovante de ressarcimento ao erário, na hipótese de já ter havido o respectivo procedimento, quanto aos danos decorrentes dos fatos ilícitos apurados neste PAR (para configuração do item previsto no art. 18, II do Decreto nº 8.420/2015);

- Programa de Integridade, caso existente (para aferição do item do previsto no art. 18, V do Decreto nº 8.420/2015).

2. Caso exista programa de integridade instituído na pessoa jurídica _____ e em havendo interesse de apresentá-lo para apreciação da comissão de PAR, este deve ser apresentado por meio do relatório de perfil e do relatório de conformidade, nos termos da Portaria CGU nº 909, de 7 de abril de 2015 (Portaria pode ser acessada no link http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_909_2015.pdf).

Local, _____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Ciente em _____/_____/_____.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica investigada)

Modelo de Edital de Intimação - pessoa jurídica não encontrada (domicílio incerto ou desconhecido)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____, publicada no D.O.U. nº ___, Seção 2, p. __, de _____ de _____ de _____, do (AUTORIDADE INSTAURADORA) do (ÓRGÃO OU ENTIDADE), no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 16 da Portaria CGU nº 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria CGU nº 1.381, de 23 de junho de 2017, valendo-se, ainda, do disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, combinados com o artigo 256 do Código de Processo Civil – em se tratando de interessado com domicílio incerto ou desconhecido – **INTIMA** a pessoa jurídica **_____, CNPJ n° _____**, pelo presente edital, por seu representante legalmente constituído, a apresentar, no **prazo de 30 (trinta) dias**, na sede deste órgão, situado à _____ (ENDEREÇO DA COMISSÃO), DEFESA ESCRITA nos autos do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº _____.

Os autos deste mencionado processo poderão ser consultados, em horário comercial, também na sede deste órgão.

NOME
Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização

Modelos

Defesa escrita

Modelo de Ata de Deliberação - deferimento de prorrogação de prazo para apresentação de defesa escrita

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às___ h ___ min, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), deliberou-se por deferir o pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa escrita, tendo em vista os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como o disposto no art. 8º, *caput*, da Lei nº 12.846/2013, c/c art. 6º do Decreto nº 8.420/2015.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de Ata de Deliberação - declaração de revelia

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às___ h ___ min, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade), presentes (nome do Presidente), (Nome do Membro), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), e tendo se encerrado no dia _____ o prazo legal para apresentação de defesa por parte da pessoa jurídica _____, CNPJ nº _____, deliberou-se por declarar sua **revelia** e concluir o processo com a entrega do Relatório Final pela Comissão.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelo membro.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelo de termo de revelia

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO nº _____
(Endereço)
(Telefone e endereço de correio eletrônico)

TERMO DE REVELIA

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____ da (autoridade instauradora), publicada no BS/DOU nº _____, de _____ de _____ de _____, constituída para apurar eventuais irregularidades administrativas constantes do processo nº _____ e fatos conexos, DECLARO a REVELIA da pessoa jurídica _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, indiciada no presente Processo Administrativo de Responsabilização, regularmente intimada, conforme consta às fls. _____ dos autos, por não ter apresentado defesa no prazo legal.

Local, ____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

Modelos

Relatório Final

Modelo de Relatório Final

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

RELATÓRIO FINAL

À Sua Excelência o Senhor (CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA)

A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização instaurada pela Portaria nº ___, de __ de _____ de ____, publicada no D.O.U. nº ___, de ___ de _____ de _____, posteriormente reinstaurada pela Portaria nº ____, de __ de _____ de ___, publicada no D.O.U. nº___, de ___ de _____ de ___, todas do (CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), vem apresentar a Vossa Excelência o relatório conclusivo de seus trabalhos de apuração de supostas irregularidades _____ (descrição do tipo de irregularidade investigada), apontadas nos autos do **Processo nº** _____, constituído de ___ volumes.

Instalada após a publicação da Portaria nº ____, a Comissão processante, consoante determina a Constituição Federal de 1988 e a Lei Geral do Processo Administrativo (nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999), envidou todos os esforços para concluir os trabalhos, obedecendo aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, estabelecidos no artigo 37 da Carta Magna.

I – DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL – DAS PROVAS

(Neste item, relacionar os principais atos praticados pela comissão com vistas à instrução do processo)

Durante a fase de inquérito da instrução processual, este Colegiado praticou inúmeros atos, dentre outros, os relacionados abaixo.

_____

II – DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

(Neste item, relacionar os atos praticados pela comissão que corroboram o atendimento a esses princípios, tais como o fornecimento de cópias, vistas do processo, realização de notificação e intimações)

Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, os acusados foram intimados para comparecer e acompanhar os atos praticados por esta Comissão, tendo sido oportunizada, além da produção de provas com a oitiva de testemunhas, consoante

discriminado anteriormente, vista dos autos na repartição, além de terem recebido cópias do processo a cada fase, conforme descrito a seguir.

III – DO INDICIAMENTO E DA DEFESA

(Neste item, tratar de forma resumida, dos fatos, provas e fundamentos legais para o indiciamento ou não de cada investigada, contrapondo-os com a análise da defesa apresentada pela (s) investigada (s))

Após a fase instrutória do processo, que contou com a efetiva participação da (s) investigada (s), a Comissão disciplinar emitiu o (s) Termo (s) de Encerramento da Instrução, por intermédio do qual identificou ou não, condutas supostamente irregulares relacionadas à atuação da (s) investigada (s).

Após o exame das provas coletadas no decorrer da instrução, a comissão de processo administrativo de responsabilização decidiu pelo INDICIAMENTO das (s) empresa (s), pelos motivos abaixo elencados:

A seguir, consta o exame global dos argumentos de defesa oferecidos pela indiciada, em confronto com os fatos e provas carreados aos autos, bem como as conclusões desta Comissão, de modo a oferecer à autoridade julgadora a decisão que entender cabível.

Regularmente INTIMADA às fls. ___ do Volume ___, a empresa _____ apresentou defesa tempestivamente por meio de seu procurador (fls. __ do Volume __).

Dos temas expostos abaixo e abordados em sua peça de defesa, a INDICIADA aduziu, em síntese, o que segue, para os quais a comissão teceu suas observações:

Do que foi apurado, entende este Colegiado que a indiciada agiu de forma irregular e descumpriu normas legais e regulamentares, devendo, portanto, ser mantidos os fatos apontados na indiciação e seu enquadramento, o qual se amolda como transgressão ao artigo ___ da Lei nº _____, situação que prevê a aplicação da penalidade de _____ à empresa indiciada, nos termos do *caput* do art. _____ da Lei nº 12.846/2013 ou outra (Lei nº 8.666/93, Lei do pregão, etc.).

IV – DA PRESCRIÇÃO

(Tratar neste item sobre a prescrição e os prazos a que estão submetidos o processo)

V – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

(Tratar de forma resumida, dos fatos que resultaram na responsabilização de cada investigada após análise da defesa)

Com base nas provas e nas análises dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados nas defesas em face do (s) Termo (s) de Encerramento da Instrução e Indiciamento, esta Comissão submete ao (CARGO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), de forma **CONCLUSIVA**, a sua convicção da

(s) responsabilidade (s) administrativa (s) da (s) pessoa (s) jurídica (s) indiciada (s), conforme a seguir:

I – Pela RESPONSABILIZAÇÃO da empresa _____, CNPJ nº _____, devidamente identificada e qualificada nos autos (doc. ____), pelo cometimento das seguintes irregularidades funcionais:

_____

VI – CONCLUSÃO

(Apontar, de forma conclusiva, as penalidades a serem aplicadas a cada investigada, apontando os fundamentos legais que corroboram a conclusão da Comissão)

Com base nas provas e nas análises dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados nas defesas em face do Termo de Encerramento da Instrução e Indiciamento, e, ainda, de acordo com os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, a Comissão submete, de forma **CONCLUSIVA**, a sua convicção da responsabilidade administrativa da (s) pessoa (s) jurídica (s) indiciada (s), conforme a seguir:

_____

VII – RECOMENDAÇÕES FINAIS

(Apontar eventuais recomendações de ordem administrativa ou referentes à apuração de fatos novos surgidos durante as investigações em sede de PAR ou IP)

Ao longo da instrução processual, outros fatos desconexos dos apurados neste processo disciplinar foram identificados por este Colegiado como supostamente irregulares, razão pela qual se recomenda que se adote as seguintes providências:

_____

Por derradeiro, a teor do disposto no artigo 15 da Lei nº 12.846/2013, c/c art. 9º, § 5º, I, do Decreto nº 8.420/2015, recomenda-se o envio de cópias dos autos ao Ministério Público Federal para adoção das medidas de sua alçada.

Ante todo o exposto, e certa de ter cumprido fielmente os trabalhos de que foi incumbida, a Comissão Processante submete o presente **RELATÓRIO FINAL** à consideração de Vossa Excelência, para fins de julgamento, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.846/2013, c/c art. 9º, § 3º, do Decreto nº 8.420/2015, ao mesmo tempo em que agradece a honrosa indicação que lhe foi confiada.

Local, ____ de _____ de _____.

NOME
Presidente da Comissão

NOME
Membro da Comissão

Modelos

Julgamento

Modelo de decisão da autoridade julgadora

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade

DECISÃO DE _____ DE _____ DE _____

Processo Administrativo de Responsabilização nº _____.

No exercício das atribuições a mim conferidas pela _____ (citar a legislação), ADOTO como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº _____ e as recomendações da Consultoria Jurídica contidas no Parecer nº _____ (se for o caso) deste _____ (nome do órgão), para aplicar à pessoa jurídica _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, nos termos do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, a pena de _____ por _____ (descrever a fundamentação legal), infringindo o disposto _____ (citar os dispositivos legais).

NOME
Cargo da autoridade julgadora

Modelo de portaria - aplicação de penalidade

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº DE DE DE

O (AUTORIDADE JULGADORA), no exercício das atribuições conferidas pela _____ (citar a legislação), RESOLVE, de acordo com o que consta no Processo Administrativo de Responsabilização nº _____ , aplicar à pessoa jurídica _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, nos termos do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, a pena de _____ por _____ (descrever a fundamentação legal), infringindo o disposto _____ (citar os dispositivos legais).

NOME
Cargo da autoridade julgadora

Modelo de ofício - comunicação ao Ministério Público Federal

MINISTÉRIO _____
Órgão/Entidade

OFÍCIO Nº ___/___

Em __ de ____ de ____

À Sua Excelência o (a) Senhor (a)

(NOME)

Procurador da República

Procuradoria da República no (DF ou Estado)

Endereço:

Assunto: Encaminha cópia de Processo Administrativo de Responsabilização.

Senhor Procurador,

Para os fins do disposto no artigo 15 da Lei nº 12.846/2013, c/c art. 9º, § 5º, I, do Decreto nº 8.420/2015, ENCAMINHO a Vossa Excelência, cópia integral do Processo Administrativo de Responsabilização nº _____, instaurado por este órgão/entidade para apurar eventuais irregularidades imputadas à pessoa jurídica _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____.

Atenciosamente,

NOME
Cargo da autoridade julgadora